



Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

LYLIAN BEATRIZ DE OLIVEIRA  
Secretária de Administração

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO  
Secretário de Controle Interno

RUBENS CURADO SILVEIRA  
Juiz Auxiliar da Presidência  
Secretário-Geral  
Substituto

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 671, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 11067/2008, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2008, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CARLOS AYRES BRITTO

ANEXO

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	Últimos 12 meses	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	132.143	6
Pessoal Ativo	100.414	6
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.729	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	37.942	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	4.116	-
Despesas de Exercícios Anteriores	2.313	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	31.513	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	94.201	6
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		94.207
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)¹		445.106.323
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,021165
LIMITE MÁXIMO (inciso I do art. 20 da LRF) - <%>	0,043969	195.709
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,041770	185.921

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹ Valores referentes à Portaria STN nº 529, de 19/09/2008.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

MIGUEL AUGUSTO FONSECA DE CAMPOS  
Diretor-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA  
Secretário de Administração

JOCELINO FRANCISCO DE MENEZES  
Secretário de Controle Interno e Auditoria

SÉRGIO JOSÉ AMÉRICO PEDREIRA  
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

#### PORTARIA Nº 672, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e considerando o que consta do procedimento administrativo nº 667/2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização de créditos e o repasse de recursos ao Ministério da Defesa com vistas ao apoio a ser prestado pelas Forças Armadas durante as Eleições Municipais de 2008, conforme segue:

Órgão Concedente: 14 - Justiça Eleitoral  
Unidade Gestora: 070026 - Gestão: 00001  
Órgão Executor: 52 - Ministério da Defesa  
Unidade Gestora: 110407 - Gestão: 00001  
Programa: 02.061.0570.4269.0001 - Pleitos Eleitorais  
Valor: GND 3 - R\$ 4.172.232,42  
GND 4 - R\$ 1.430.600,00  
Total - R\$ 5.602.832,42

Art. 2º Os créditos não empenhados e eventuais saldos financeiros serão restituídos à Justiça Eleitoral, após o término das atividades relativas às Eleições Municipais de 2008.  
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. CARLOS AYRES BRITTO

### TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

#### ATO Nº 606, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, *ad referendum* do Tribunal Pleno, e tendo em vista o constante no Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho (RA 1295/08), art.34, incisos XXII e XXXIII do art. 35 e no Processo TST nº 501.589/2008-8, resolve:

Determinar a publicação do anexo Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro/2007 a agosto de 2008, nos termos do art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. MILTON DE MOURA FRANÇA

ANEXO

#### RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	405.418	4.510	409.928
Pessoal Ativo	304.397	2.643	307.040
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	113		113
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			0
Demais Despesas com Pessoal Ativo	304.284	2.643	306.927
Pessoal Inativo e Pensionistas	101.021	1.867	102.888
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	89.563	29	89.592
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	41	2	43
Decorrentes de Decisão Judicial	197	27	224
Despesas de Exercícios Anteriores	1.640		1.640
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	87.685		87.685
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	315.855	4.481	320.336
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			445.106.323
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,070962%	0,001007%	0,071968%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,182102%		810.548
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,172997%		770.020

FONTE: SIAFI e DICONT/COFIN/SEAO/TST

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

#### PORTARIA Nº 988, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008

O Excelentíssimo Senhor Desembargador ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto no Inciso III do Art. 54 e § 2º do Art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 4/5/2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte de Justiça Especializada, do período de setembro/2007 a agosto/2008.

Des. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA